

TORNAR-SE UMA “ATLETA DE VERDADE”: GÊNERO, SOFRIMENTO E FORMAÇÃO NO FUTEBOL DE MULHERES

Becoming a “real athlete”: Gender, suffering, and formation in women’s football

Debora Yamamoto¹

Resumo

Este artigo busca analisar como se dá o processo de formação de jogadoras no futebol de mulheres, argumentando que essa construção vai além do aprendizado de técnicas corporais e táticas esportivas. Defendo que a formação de uma atleta envolve, intrinsecamente, uma educação moral, emocional e de gênero. Assim, a partir de uma etnografia realizada com treinadoras de equipes de base do futebol de mulheres, pretendo argumentar que se tornar uma “atleta de verdade” é um produto complexo de dinâmicas, conflitos e afetos, em que experiências de sofrimento e superação são utilizadas para moldar não apenas o desempenho esportivo das meninas, mas também as compreensões do que é ser mulher nesse futebol.

Palavras-chaves: Futebol de mulheres; Marcadores sociais da diferença; Sofrimento.

Abstract

This article examines the process through which players are formed in women’s football, arguing that such formation goes beyond the learning of bodily techniques and sporting tactics. I contend that becoming an athlete intrinsically involves a moral, emotional, and gendered education. Drawing on an ethnography conducted with coaches of youth teams in women’s football, I argue that becoming a “real athlete” is a complex product of dynamics, conflicts, and affects, in which experiences of suffering and overcoming are mobilized to shape not only the girls’ athletic performance, but also their understandings of what it means to be a woman in this football context.

Keywords: Women’s football; Social markers of difference; Suffering.

Introdução

A rotina no Em Busca do Impossível (EBI) se assemelha à do Centro de Treinamento Esportivo. Os treinos ocorrem em dias da semana em horários que não interferem nas aulas das alunas, no caso, período da tarde. As meninas chegam, algumas acompanhadas de seus responsáveis, e se vestem com os uniformes para o treino. Os responsáveis têm um local específico para

¹ Universidade de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2933-7809>. E-mail: deboracaje@usp.br.

ficar, em uma área um pouco afastada do campo, local escolhido pela instituição para que eles não ficassem assistindo os treinos e interferissem diretamente na dinâmica. Minutos antes dos treinos, algumas meninas conversam entre elas, outras jogam *altinha* e outras se ocupam com exercícios de *mobilidade* que lhes são ensinados para melhorar seus treinos. Assim que o relógio marca duas horas da tarde, as treinadoras saem das salas e vão até as atletas, indicando que o treino irá começar.

Em alguns dias da semana, as meninas realizam exercícios de preparação física, em uma espécie de academia improvisada localizada em um galpão no próprio CT. Os preparadores físicos, Liz e Lucas, são formados em educação física também, mas, diferentemente das treinadoras, especializaram-se na área de treinamento voltado ao desempenho físico. Ao menos, foi o que me explicaram sobre a preparação física. Nas primeiras vezes que acompanhei Liz e Lucas, achei fascinante o que faziam. Eles colocavam as meninas para fazerem exercícios que tinham o objetivo de *potencializar a performance* da atleta. Era sempre interessante ver como ocorria esse treinamento corporal, essa produção de um corpo treinado.

Com o tempo, notei como algumas meninas mudavam, pareciam mais coordenadas, outras pareciam mais fortes. Essas mudanças eram ressaltadas por Liz como um feito positivo de seu trabalho, como um objetivo cumprido. Isso alude a uma discussão já presente no campo da antropologia das práticas esportivas, em que a construção de uma atleta se dá por meio de uma construção corporal (Carreirão Gonçalves *et al.*, 2012). Esse corpo que alude ao esporte é um corpo que é lido como atlético. Recordo de uma das vezes em que estive na academia, acompanhada de Flavia – psicóloga –, e uma garota se aproximou de nós e perguntou o que eu fazia ali. Respondendo à menina de forma retórica, Flavia questionou, perguntando a ela o que achava que eu era, e, sem pensar duas vezes, ela respondeu, “preparadora física”.

A confusão ocorria com certa frequência. Em uma de minhas conversas com a mãe de uma das atletas, lembro de ela se surpreender quando disse que estava ali fazendo uma pesquisa antropológica. Ela me disse: “achava que você era da preparação física, pelo seu porte”. Dessa conversa, entendi que a confusão vinha de um certo *porte* que eu dotava e que

aludia a minha proximidade com essa área. Esse porte nada mais era do que uma certa estrutura corporal, a qual sinalizava às pessoas que eu pertencia a esse espaço esportivo; era a composição muscular visível em meu corpo que me associava a eles.

Pensar a produção desse corpo para o futebol de mulheres me levou a frequentar mais a academia e esses espaços. Notei como se construía, através de movimentos e exercícios de musculação, um corpo considerado fisicamente apto para o esporte de alto rendimento, mas não era apenas isso que se aprendia, ou melhor dizendo, que se fazia ali. Ainda que um corpo nesse espaço deva ser lido como atlético, com o tempo fui notando como, para as treinadoras, ser uma “atleta de verdade” exige um conjunto de técnicas e conhecimentos. O “transformar meninas em atletas” que, me era dito, se refere a um conjunto de técnicas do corpo que não só dizem respeito ao correr e chutar a bola, mas também a uma certa *postura* e *mentalidade* que lhes é exigida. Se, em primeiro momento, a produção estética desse corpo é o que o faz ser lido como parte desse campo, é na junção entre a *performance* atlética (correr, chutar, pular) e ter a “postura de atleta” que o “ser atleta” se concretiza e que, enfim, meninas se tornam jogadoras.

Postura e mentalidade de atleta

É comum que algumas equipes realizem as chamadas “seletivas” ou “peneiras” (jeito mais popular de se referir), as quais consistem em processos seletivos em que as meninas vão a um determinado local, geralmente a sede do clube, e são testadas, através de dinâmicas esportivas, pela comissão técnica. Muito se comenta sobre a efetividade dessas seletivas, isto é, o quanto elas conseguem abstrair o “talento” da atleta. Nos anos em que acompanhei o EBI, notei como essas seletivas eram questionadas e passavam por processos de incrementação, com a inclusão de outros profissionais para a avaliação do desempenho esportivo; dentre eles, a psicóloga foi ganhando um certo espaço.²

² A inserção da psicologia no campo esportivo de alto rendimento não é nova, mas tem ganhado espaço desde as olimpíadas de 2020 e o debate acerca da saúde mental. Entretanto, a presença desses profissionais não se dá de forma tranquila, causando, muitas vezes, disputas internas nas próprias comissões, especialmente com treinadoras e treinadores ditos como “das antigas”.

Em uma das seletivas, atuei tirando fotos, gravando vídeos e auxiliando na separação e verificação da documentação das atletas inscritas. Quase duzentas meninas se inscreveram, com idades entre onze e quatorze anos. Quase todas acompanhadas de um responsável, que variava entre ser o irmão, tia, pai ou, como na maior parte dos casos, a mãe. Faziam filas imensas, enquanto eu ia conferindo os documentos e entregando uma folha com um número, que seria colado nelas durante a atividade, como forma de identificá-las. Terminado essa fase, as garotas foram chamadas para o campo, momento que pude também acompanhar, agora fazendo o registro das atividades.

As meninas se reúnem em um grande círculo onde a comissão técnica se apresenta e conversa com elas, explicando o intuito da atividade. Angela e Marília, que estavam à frente naquele dia, ressaltaram em suas falas para as meninas que não desistissem caso não fossem selecionadas. Às que fossem escolhidas, disseram que aquela era uma primeira fase da seletiva e explicaram que a segunda consistiria em um período de teste, no qual treinariam com as meninas da equipe. Terminada a conversa, as preparadoras físicas se apresentaram, colocando alguns exercícios que iam desde o aquecimento até outros que serviam como um teste de condicionamento físico. Conforme as treinadoras, essa era a primeira característica na escolha de uma atleta, ainda que, muitas vezes, não fosse um fator determinante já que, por sua idade, essas garotas poderiam desenvolver melhor essa parte. As que mostravam maior velocidade, pouco cansaço, destacavam-se nesse momento, assim como as que teriam uma certa “aptidão” para o futebol. Muitas garotas já chamavam a atenção das treinadoras pela altura, vistas como possíveis “zagueiras” ou mesmo “atacantes” por terem um “porte físico” que supostamente geraria uma vantagem para a posição.

Há que se dizer que, no esporte, as posições das atletas são pensadas conforme suas habilidades, mas também por um certo entendimento dos treinadores de uma suposta facilidade a partir da estrutura corporal, que seria aprimorada. Contudo, atrelar características físicas a uma suposta vantagem ou desvantagem no esporte é um tema que exige certo cuidado. Como apontam Abrahão e Soares (2020), o futebol se construiu por meio de

metáforas e analogias sobre diferenças culturais e raciais. No caso brasileiro, sul-americano, a oposição ao estilo europeu colocou esse futebol em um lugar no imaginário comum que define o jeito de jogar brasileiro a partir de suas características sociais, culturais e políticas. Assim, o estilo à brasileira de jogar alude a esse jeito que tem no carisma, na ginga, na malandragem e no jogo de cintura uma marca do futebol (DaMatta, 1994). Como argumenta Marcos Alvez de Souza (1996), essa visão tem raízes fundadas em discursos biologizantes que associam o corpo negro à malandragem.

Tais discursos se viram ainda mais fortes após a derrota brasileira na década de 1950, que alimentou a ideia de que o futebol latino-americano estaria em atraso, comparado ao europeu, especialmente pela suposta impossibilidade de um progresso frente a um país marcado por tanta diversidade racial (Silva; Sautt, 2021). Daniel M. da Conceição (2023) demonstra como o futebol nunca esteve alheio às questões políticas, pelo contrário, a busca pela construção de uma nação e o debate da mestiçagem (Munanga, 2008, 2017) acompanharam a inserção dos negros no esporte.

Há ainda aqueles que argumentam sobre uma pedagogia do esporte que apoie o desenvolvimento de habilidades em lugar de impor uma forma de jogar a partir do que se considera adequado a uma dada estrutura corporal. Nathalia Servadio, interlocutora e amiga que conheci nesses anos de pesquisa, é uma das defensoras dessa forma de aprendizagem, que daria mais autonomia às meninas sobre seus próprios corpos e que lhes permitiria escolher as posições em que quisessem jogar.

Retomando a seletiva, as meninas terminaram o aquecimento com a preparação física e foram divididas em times com quatro jogadoras. Cada metade do campo foi dividida ao meio, fazendo com que tivessem quatro minis campos de jogo onde os times se enfrentariam. As treinadoras e treinadores, ficavam nas laterais observando, olhando para cada jogo e anotando coisas em seus cadernos. Em um dado momento, as treinadoras pararam e deram um pequeno intervalo para as meninas beberem água. Aproveitei a pausa e fui até as treinadoras e perguntei quais eram os critérios que definiam se uma menina estava apta ou não a entrar no clube. Sem hesitar, elas me

responderam “domínio das técnicas, ter um bom condicionamento físico e ter a mentalidade para ser jogadora”.

O domínio das técnicas, isto é, chutar, dar bons passes, eu já imaginava, assim como o condicionamento físico; afinal de contas, por mais que elas defendam que isso se aprimora dentro do clube, há uma exigência mínima. O que me chamou a atenção na fala foi a “mentalidade para ser jogadora”.

A ideia de uma “mentalidade” nesse contexto de esporte competitivo, de alto rendimento, foi algo que apareceu de forma muito recorrente nas falas das treinadoras. Quando falavam de mentalidade, geralmente se referiam a um certo comportamento ou personalidade que as atletas precisariam ter para lidarem com as “pressões” e demandas presentes no esporte profissional. Algo que elas tiveram quando foram atletas também. Para elas, formar uma atleta “mentalmente forte” era uma metodologia, um jeito de pensar essa formação de base.

Marília me dizia que a “mentalidade de atleta” foi importante para ela ter se tornado uma jogadora de futebol. Afirmava que, depois que entendeu que era preciso ter um comportamento adequado, priorizar os jogos, descansar ao invés de ir a festas, ela atingiu seus melhores desempenhos. Mas a mentalidade, para ela, não era só essa disciplina, envolvia também uma certa capacidade de lidar com as situações adversas que o esporte traz. Quando falava da mentalidade, ela falava também de um certo “pensamento de vencedor” que, ao que me explicava, era uma habilidade que tornava possível enfrentar os desafios do futebol e não desistir. Os momentos ruins da carreira de atleta seriam parte de um “processo” que faria com que elas se tornassem cada vez mais fortes.

Entendi melhor essa mentalidade em duas ocasiões vivenciadas em campo. A primeira com Marília e a segunda com Bruna. Em um dos jogos que acompanhei, a torcida adversária direcionava falas e xingamentos a uma atleta específica. A partida estava acirrada, o EBI perdia por apenas um gol de diferença. Nesse dia, eu estava em uma área reservada à equipe do clube, coordenadoras e diretoras, no lado oposto à torcida, mas ouvia nitidamente as falas repetidas por aqueles homens direcionadas a menina de “sua ruim” e

“vai errar”. Terminado o jogo, senti um clima diferente, o silêncio entre as atletas e Marília era incomodo, sentia como se algo precisasse ser dito, mas que ninguém, naquele momento, gostaria de falar. Passados os dias, após um dos treinos, sentei-me junto a Marília para mais um de nossos cafês da tarde e conversamos sobre esse jogo. Em tom de desabafo, ela disse que sentiu que a equipe estava bem no jogo, até melhor que a adversária. Perguntei a ela se ela achou que a torcida adversária tinha impactado em algo do jogo, o que rapidamente ela me respondeu dizendo que sim.

Marília falou de que algumas vezes as torcidas adversárias buscam “desestabilizar” as atletas. Isto é, que fazem provocações e falas com o intuito de abalar emocionalmente. Aqui, além da disputa que se faz dentro do campo de futebol, entre as jogadoras, há uma outra que ocorre com a torcida adversária que busca nessa desestabilização uma maneira de favorecer seu time. Enquanto falava, Marília direcionava seus olhos para o campo, segurando a xícara com café em uma mão e o pão com manteiga na outra. Virou-se para mim e continuou contando de coisas que ouviu durante a época que jogou profissionalmente. Disse que ouviu de muitos que futebol não era coisa para mulher e que ela não deveria estar jogando bola, mas sim estudando ou cuidando da casa. Foi então que, entre um gole e outro de seu café, ela disse que para jogar futebol precisou criar mecanismos para lidar com essas situações, para sobreviver a elas. Acrescentou dizendo que era algo que ela comentava e tentava ensinar às meninas porque sabia que elas precisariam, que, assim como ela, as meninas tinham que “ter casca”.

A casca à qual Marília se referia nesse momento designava uma forma de proteção, um escudo. Segundo o dicionário Michaelis (2025), a botânica define casca como uma: “substância externa, espessa e impermeável, que envolve plantas, frutos, sementes, ovos, tubérculos etc.”; “cobertura óssea de um animal” (Michaelis, 2025). Ou seja, a casca nada mais é que um material orgânico que se forma para proteger a estrutura de um organismo. Outro sentido que o dicionário traz de casca é figurativo, remete àquilo que se mostra no público e esconde o interno, é a camada que separa o que é visto do que não pode ser visto. Além dos significados trazidos pelo dicionário, a casca é ainda uma camada que se forma no corpo humano após algum dano,

é um revestimento que cobre a ferida até que ela cicatrize e, naturalmente, a casca cai, assim que o corpo revestido de uma nova pele se encontra pronto para novas interações.

A “casca” de que falava Marília era uma metáfora que se referia também a essa mentalidade, uma maneira que ela encontrou de lidar com todas os sofrimentos que viveu no esporte. Ser jogadora de futebol na época de Marília era algo quase impossível, como ela costuma dizer. Não havia estrutura, remuneração e muita visibilidade. Grande parte das equipes eram desmontadas após os campeonatos e as atletas não tinham muitas perspectivas de carreira. Passados vinte anos, o cenário é um pouco mais promissor, mas ainda enfrenta dificuldades. Diziam as treinadoras que o “funil” para ser uma atleta de futebol era grande, que de 100 meninas talvez 10 conseguissem de fato seguir a carreira. Além disso, o ambiente era difícil, teriam que lidar com treinadores que cobram muito delas e por situações de “humilhação”, algo que, segundo elas, era comum no esporte.

Esse cenário de dificuldades é relatado também pelas atletas que viajam horas em ônibus ou carros, de estado para estado em busca de oportunidades melhores no futebol. Em muitas das falas dessas meninas, o futebol aparece como algo quase que inatingível e que, para conquistá-lo, é preciso ter coragem, força, garra, ou, como elas mesmo diziam, ter a “mentalidade de atleta”.

Claudia Kessler (2015) investiga como os apelidos atribuídos a times de futebol feminino refletem determinados imaginários sobre o feminino e mobilizam discursos de luta e superação. A partir do apelido do time da Ferroviária (SP) – as Guerreiras Grená –, a autora mostra que a construção identitária em torno da figura da guerreira busca posicionar a equipe num lugar de empoderamento, reconhecendo a força e a resistência dessas mulheres na conquista de um espaço que historicamente lhes foi negado. Kessler (2015) também destaca que a dor ocupa papel central na constituição dessa guerreira: é justamente por meio da resistência ou da superação da dor que essas mulheres se fortalecem. A presença de narrativas de superação no discurso de mulheres é algo que aparece em diversos trabalhos antropológicos. Claudia Fonseca (1995) identifica, a partir de narrativas de

mulheres traídas, a construção da figura da “mulher valente” – aquela que age, trabalha, cuida da casa, protege a família e “sabe se mexer” (Fonseca, 1995, p. 126). Segundo a autora, essa valentia surge enquanto uma resposta moral às traições que exigem uma ação dessas mulheres que se veem em uma situação de injustiça ou sofrimento. Ainda, essa “mulher valente” é uma figura que tensiona certos imaginários de mulher como passiva, estabelecendo uma outra representação daquela que, mesmo em meio a uma situação desfavorável, age e revida.

Heloisa Buarque de Almeida (2007), por sua vez, observa que a imagem da mulher lutadora é amplamente recorrente no Brasil, manifestando-se, entre outros espaços, como nas telenovelas. A autora analisa a relação entre telenovelas, consumo e gênero, argumentando como o consumo se feminiliza nesses casos em que a audiência é majoritariamente composta por mulheres. É nesse sentido que compreendendo como essas novelas podem ser vistas como uma tecnologia do gênero, nos termos de Teresa de Lauretis (2018), que Almeida (2007) analisa a construção de um tipo de mulher, que incorpora certas pautas como independência financeira e profissional, vida sexual ativa, associando a outras como ser uma boa mãe e uma mulher dedicada a família. Heloisa B. de Almeida (2007) aponta, no mesmo sentido, que muitas personagens femininas das novelas brasileiras são construídas como heroínas modernas, independentes, capazes de conciliar casa, filhos e trabalho, enfrentando as adversidades da vida com determinação.

Essa percepção em relação ao sofrimento também aparecia nas falas das atletas. Em um dos dias em que estive no Centro de Treinamento, uma das atletas, que havia saído do EBI por ter fechado contrato com um clube de futebol, estava visitando as treinadoras e colegas. As meninas conversavam e mostravam muita alegria em ouvir sobre as histórias de Amanda, que contava como estava sendo sua nova rotina. Encerrados os treinos, fui embora como de costume e, enquanto aguardava meu ônibus, Amanda se sentou ao meu lado e perguntou sobre minha pesquisa. Falamos bastante naquele dia, ela parecia muito curiosa sobre o que eu buscava entender e mais ainda sobre minha formação. Aproveitei nossa conversa para parabenizá-la por ter conseguido ser aprovada no clube e perguntei como estava sendo sua

experiência lá. Por sorte, pegariamos o mesmo ônibus nesse dia, em direção ao metrô.

Amanda começou contando sobre como a rotina no clube era muito diferente da que estava acostumada no EBI; disse que “lá não tem moleza, a coisa é mais séria”. Continuou, dizendo que a comissão técnica era bem rígida, corrigia as meninas uma na frente da outra como uma forma exemplar, sem se preocupar com como isso poderia ressoar para a garota – situação que ela via diferente em relação ao EBI. Disse que o treinador já chegou a dizer para algumas meninas de outros clubes que elas jamais jogariam no time dele, porque elas estavam muito abaixo das atletas dele. Após essas histórias, questionei a Amanda como ela se sentia em relação a isso. Foi quando ela, olhando fixamente para frente do ônibus, respondeu: “difícil”. Depois de um pequeno intervalo, seguiu dizendo que, apesar disso, ela lidaria com essas situações.

Em silêncio, eu mostrava concordar com Amanda. Foi então que ela resolveu me falar que o importante, ali, era “sair da zona de conforto”. Sem entender direito do que se tratava essa zona de conforto, questionei, e ela me explicou. Contou que chegava horas antes do treino, estava sempre pronta no horário, buscava se alimentar direito, evitava sair à noite para conseguir descansar e dormir e se empenhava nos treinos, dando o melhor de si. Falou ainda de outras meninas que não faziam isso e que estava nessa “zona de conforto”. Obedecer a essa rotina e lidar com essas situações difíceis é, para ela, uma forma de não estar nessa zona e de alcançar bons lugares na equipe; referindo-se a suas colegas que considerava confortáveis disse: “quando elas acordarem, eu já vou estar lá na frente. Tô aprendendo o que é vida de atleta de verdade”.

Nesse sentido, penso como o sofrimento aparece com regularidade nas narrativas das treinadoras e atletas. Contudo, não se trata de um sofrimento passivo. O que mais importa, na verdade, é o que ele produz: a resistência que forja, os discursos de superação que engendra e a agência que coloca em evidência. Especialmente nas falas das treinadoras, as experiências como atletas eram narradas com ênfase nas emoções e nas adversidades, sempre em movimento em direção à superação. Claudia Rezende (2019), em seu

estudo sobre a experiência do parto entre mulheres de diferentes gerações, mostra como elas frequentemente mobilizam discursos de superação a partir das emoções vividas – situando dores, imprevistos e complicações dentro de uma trajetória que culmina na superação. De forma análoga, as treinadoras e atletas narram as situações que viveram ou vivem, sempre a partir de um lugar de quem superou os desafios encontrados. Ainda, no caso das treinadoras, essas narrativas do passado parecem fundar um presente que é atravessado por essas memórias. De tal forma que ser treinadora de futebol não se trata apenas da obtenção de um título ou certificado, mas, também, fruto de experiências vividas. Assim, a figura da treinadora se constitui por meio das relações que são criadas e estabelecidas nesse espaço futebolístico.³

Formando atletas, fazendo mulheres

Como venho argumentando ao longo de outros trabalhos e aqui (Yamamoto, 2025), a formação de atletas se dá tanto pela construção de um corpo, de uma musculatura, estrutura que o faz ser lido como atlético, quanto por uma educação emocional e moral. O corpo e a pessoa, segundo Margaret Lock (1993), não podem ser pensados de forma separada. A autora clássica do campo da antropologia médica, demonstra como esse corpo, por vezes tratado como apenas uma matéria, é, na verdade, constituído por meio da experiência, percebido e vivido por meio das relações. O que chamamos de subjetividade está no corpo, bem como o corpo está na subjetividade.

Em sua etnografia das boxeadoras, Antônia Gabriela Araújo (2025) argumenta como essa produção do corpo é atravessada pelos marcadores sociais de gênero, raça e classe. A partir disso, a autora elabora o conceito de ontologias musculares fugitivas, que se refere aos processos de racialização presentes na categoria “raçuda”. No seu contexto estudado, das boxeadoras de Havana e do Complexo da Maré, Araújo (2025) vê como o se tornar mulher é um processo marcado por experiências de violências raciais e de gênero. Ser *raçuda*, nesse caso, é ser resistente, forte, dura. O corpo raçudo, argumenta

³ Neste artigo, analiso mais especificamente a relação entre treinadoras e atletas. Porém, cabe dizer que outras relações também fazem parte dessa produção. Em minha dissertação, analiso como essas treinadoras se viam como mulheres nesses espaços, a partir da relação com os juizes de partidas de futebol (Yamamoto, 2025).

Araújo, é um prisma composto pelas dores, sofrimentos e traumas da violência racial, de gênero e de classe e dá braços torneados, musculosos e fortes.

É nesse sentido que argumento, também, que formar atletas no futebol de mulheres é fruto de múltiplos aprendizados. Wagner X. Camargo e Claudia Kessler (2017) argumentam que o esporte, muitas vezes, exige *performances* corporais ligadas à matriz sexo-gênero. A “postura de atleta”, exigência trazida pelas treinadoras, designa um comportamento esperado das mulheres jogadoras de futebol. Viver a sexualidade de maneira privada e quase escondida é uma forma (por muitas, vista até como uma necessidade) de “se preservar”. Evidentemente, além da compreensão de que há uma separação entre a “vida pessoal” e a “vida profissional”, há também que considerar que muitas dessas relações são homoafetivas, em que a necessidade de preservar vem também do risco de uma violência.

A “postura” também envolve chegar no horário combinado e estar sempre uniformizada. Aparentemente simples, o uso de uniformes é algo importante nos clubes que pedem para que as meninas não customizem. Ele cumpre a função de padronizar as meninas, buscando produzir uma ideia de “agora todas são iguais” já que todas usam o mesmo short, camiseta e meião. Também, o uniforme produz uma ideia de pertencer a algo, é o “vestir a camisa”. Não se trata apenas de fazer parte de uma instituição, mas de pertencer e partilhar os valores morais ali presentes. Cria-se um “nós” que se opõe também ao “eles”.⁴

Desde 1980, os uniformes têm sido alvo de discussões no futebol feminino. Nos primeiros campeonatos disputados pela seleção, por exemplo, as atletas não tinham vestimentas próprias, sendo obrigadas a pegar as sombras ou empréstimos da equipe masculina. Em 2019, a marca esportiva patrocinadora oficial da seleção lançou um uniforme para a seleção feminina com o *slogan* “mulheres guerreiras do Brasil”. A marca, na época, optou por manter o escudo com as estrelas das Copas masculinas, o que foi questionado por parte do público. Em 2023, a marca lançou uma linha para a seleção

⁴ Em minha dissertação, explico como só tive acesso livre à instituição quando ganhei da equipe um uniforme. A partir daquele momento, já não precisava mais me identificar na portaria e aguardar liberação, entrava apenas com um bom dia. Ao mesmo tempo, em eventos e jogos a que fosse, deveria ir vestida com ele, mostrando que fazia parte daquele lugar, que partilhava desse “nós”.

feminina, com o *slogan* de “Mãe Natureza” e, agora, com o escudo da própria seleção. As roupas, aqui, não só foram alvo de disputa, como também podem ser vistas como parte importante desse corpo que se insere na produção de gênero e raça (Facchini, 2014).

O esporte é esse lugar de educação dos corpos, em que se aprende também *performances* de gênero e sexualidade (Goellner, 2016), que se vê no jeito de vestir, andar, falar e chutar. Na maioria dos casos, essa educação designa uma manutenção das normas sexuais e de gênero que reiteram padrões de feminilidade e masculinidade heterossexual, branca e cisgênero. Contudo, isso não ocorre de forma homogênea, pelo contrário, é possível ver fissuras nessa produção (Camargo, 2014; Pisani, 2018). Como propõe Judith Butler (2015), a performatividade de gênero, ainda que busque constantemente reiterar a norma, ela também se frustra, produzindo quebras e outras performatividades.

Caroline de Almeida (2018) argumenta que, na década de 1990, os clubes buscaram enquadrar o futebol de mulheres dentro de uma feminilidade aceitável e desejada na época. Desde o uso de uniformes mais justos ou curtos, formas de como prender o cabelo ou de alisá-los, até a contratação de atletas consideradas modelos foram estratégias usadas pelos clubes para construir uma imagem de futebol feminino dentro das normas de gênero, raça e sexualidade. Essas práticas, como mostra Almeida (2018), tornaram o futebol mais aceitável pela mídia brasileira. Em contrapartida, marginalizaram ainda mais os corpos que não se encaixavam nessas normas.

Nesse sentido, ser uma jogadora de futebol é uma maneira de vivenciar o futebol a partir dos marcadores sociais da diferença. E não se trata, neste caso, de qualquer futebol, mas sim, do futebol voltado à formação de atletas de alto nível e competitividade. Digo isso porque, em meu campo, quanto mais profissionalizada a relação que se estabelece com o futebol, maior a necessidade dessas treinadoras e atletas de se encaixarem nas normas que são, muitas vezes, ditadas pelos clubes e federações, como a de estar com o

“cabelo arrumado”, “vestir uniforme adequadamente” e, até mesmo, a forma de falar com outros agentes do campo, como juízes e empresários.⁵

No caso aqui estudado, a experiência de ser mulher futebolística – treinadora ou atleta – é marcada geracionalmente. As treinadoras, por exemplo, são mulheres que viveram o futebol dos anos 2000, ainda muito marcado pela falta de estrutura e pelo estigma da homossexualidade (Pisani, 2018). Caroline Almeida e Mariane Pisani (2015) argumentam que a noção de profissionalização no futebol de mulheres está atrelada a um reconhecimento público de ser jogadora e à possibilidade de remuneração. Em certo sentido, a necessidade de esconder a vida pessoal é uma forma de se manter nesse espaço e de se proteger. Não deixa de ser uma forma de agência, de sobrevivência de quem entende que é preciso ter “casca” para chegar aonde chegou.

As gerações mais jovens vivenciam um momento do futebol de maior visibilidade bem como de outros entendimentos acerca de gênero e sexualidade, com mudanças nas formas com que são compreendidos socialmente (Carrara, 2010). Ainda, ressalta-se como os discursos feministas têm adentrado mais no cotidiano dessas jovens, seja pelas redes sociais ou mesmo pela maior presença de algumas pautas em filmes, novelas e programas de televisão. Porém, apesar das mudanças e da aparente sensação de que hoje é possível vivenciar e experienciar sexualidades não heteronormativas, notei como a manutenção da binariedade de gênero ocupa um lugar de certa invisibilidade, não pela inexistência de corpos trans nesses espaços, mas, sobretudo, pela necessidade que esse futebol competitivo vê em manter uma matriz cis heteronormativa.

Retomando as figuras das treinadoras e atletas, ser mulher, aqui, partilha de um discurso presente na mídia e entidades esportivas que reiteram a mulher como guerreira e valente. Ou seja, que passa por dificuldades. A ascensão aparece menos em um lugar de remuneração econômica e mais social. A menina que sonha em ser jogadora de futebol pode não se tornar muito rica e conquistar o mundo, até porque o futebol feminino ainda está em

⁵ Abordo mais explicitamente isso em minha pesquisa (Yamamoto, 2025).

desenvolvimento, mas, ao ser uma jogadora, ela se torna a mulher que superou todas as dificuldades e barreiras dessa carreira.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, busquei demonstrar como tornar-se atleta no futebol de mulheres envolve processos físicos, sociais, emocionais e morais. Ainda, discuti como as treinadoras de futebol se inserem nesse processo, legitimando uma maneira de ser jogadora através de suas experiências com o futebol. Entender a necessidade de ter certos comportamentos, para as atletas, é um conhecimento que essas mulheres possuem e que adquiriram por meio da ordem prática, da experiência.

Simoni L. Guedes (1997) elabora uma distinção entre dois tipos de saberes presentes nas classes trabalhadoras, o saber prático e o saber teórico. Para a autora, esses saberes coexistem, mas também se opõem e se hierarquizam. A oposição, teoria versus prática, ganha contornos distintos conforme o contexto analisado, não existindo uma ideia por si de um saber que é melhor que o outro. Ainda que o saber teórico ocupe um lugar de prestígio e valorização na sociedade, Guedes mostra que homens estudantes que não trabalhavam poderiam estar mais próximos de serem vistos como “vagabundos” do que como “trabalhadores”. No caso, a autora argumenta como o saber prático nesses contextos é valorizado, um saber que se dá no dia a dia, no cotidiano e, principalmente, na experiência.

A valorização desse conhecimento prático apareceu em muitas das narrativas de minhas treinadoras, que ressaltavam a importância de terem jogado futebol e conhecerem todo esse “universo do futebol feminino”, bem como de como o dia a dia de treinadoras é algo que não se aprende em cursos ou apostilas. Sem dúvida, há uma compreensão de que o aprendizado na prática, que ocorre no futebol de homens também – sendo comum ver ex-jogadores tornarem-se treinadores também. Porém, gostaria de ressaltar como, em ambos os casos, os marcadores sociais da diferença provocam formas distintas de experienciar esse futebol, bem como a própria modalidade, com uma história política e social diferente, se coloca de outra maneira.

A experiência dessas treinadoras surge, nesse fazer, como um jeito de pensar a formação de atletas que é interpelada, a todo momento, pelos marcadores sociais de gênero, raça e classe. Não se trata de pensar que, para elas, esses sofrimentos são banalizados. Pelo contrário, a casca é uma necessidade de algo que surge a partir de uma ferida, de uma ruptura, um corte, na normalidade. Assim, trata-se de pensar essas experiências e vivências como um conhecimento – nos termos de Veena Das (2020), um conhecimento venenoso, que se dá pelo sofrimento e que atravessa o cotidiano das pessoas, permeando suas relações. É o passado habitando o presente e permitindo que, mesmo tendo vivido o que se viveu, ainda se está aqui. Apesar da proibição, do estigma, da falta de estrutura, do pouco reconhecimento, ainda se vê na figura da treinadora uma possibilidade de viver o futebol.

O futebol de mulheres como um desses “futebóis”, como propõe Arlei Damo (2020), em que a dinâmica do jogo e a relação com o esporte é atravessada tanto pelos corpos ali presentes quanto pela história política e social. É nessa pluralidade e disputa de um fazer no futebol de mulheres que entendo estar o desenvolvimento da modalidade. É no reconhecimento das futebolísticas, as do passado (Goellner; Cabral, 2022) e as do presente e de suas “dores” como um lugar de potência e produção também. As treinadoras viam nessas dores uma maneira de pensar essa formação de atletas, que se insere em uma relação também marcada por uma hierarquia entre treinadoras e atletas, em que as dinâmicas de poder ocorrem, muitas vezes, de formas sutis. Enfim, é nas próprias experiências dessas mulheres que a figura de treinadora e formadora se constitui, bem como a de atleta.

Referências

ABRAHÃO, Bruno Otávio de L.; SOARES, Antonio Jorge. O “racismo à brasileira” no futebol. In: GIGLIO, S. S.; PRONI, M. W. (org.). *O futebol nas ciências humanas no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 721-739.

ALMEIDA, Caroline de. *Mulheres em campo: etnografia sobre futebol feminino e formação de jogadoras no Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ALMEIDA, Caroline de; PISANI, Mariane. Carreiras e profissionalismo de futebolistas brasileiras após a regulamentação do futebol feminino no Brasil. *Labrys*, jul.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys28/sport/caroline.htm>. Acesso em: 6 dez. 2021.

ALMEIDA, Heloisa B. de. Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 1, p. 177-192, jan. 2007.

ARAÚJO, Antônia Gabriela. Raçudas: meninas negras criando ontologias musculares. *Horizontes Antropológicos*, v. 31, n. 72, e720407, 2025. <https://doi.org/10.1590/1806-9983e720407>.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMARGO, Wagner Xavier de. Considerações antropológicas sobre sexualidades e masculinidades no esporte. **Revista de Antropologia da UFSCar**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 41-62, 2014. DOI: 10.52426/rau.v6i1.111.

CAMARGO, Wagner Xavier; KESSLER, Cláudia Samuel. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. *Horizontes Antropológicos* (Online), v. 23, p. 191-225, 2017.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, v. 4, p. 131-149, 2010.

CARREIRÃO GONÇALVES, Michelle; TURELLI, Fabiana Cristina; VAZ, Alexandre Fernandez. Corpos, dores, subjetivações: notas de pesquisa no esporte, na luta, no balê. *Movimento*, v. 18, n. 3, p. 141-158, 2012. DOI: 10.22456/1982-8918.27166. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/27166>. Acesso em: 5 nov. 2025.

DAMO, Arlei Sander. Futebol e antropologia. In: GIGLIO, S. S.; PRONI, M. W. (org.). *O futebol nas ciências humanas no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. Cap. 17.

DA CONCEIÇÃO, Daniel M. Entre vira-latas e heróis: o racismo no futebol brasileiro. *Captura Críptica: direito, política, atualidade*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 224-248, 2023. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/6161>. Acesso em: 5 nov. 2025.

DAMATTA, Roberto. Antropologia do óbvio - Notas em torno do significado social do futebol brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, Brasil, n. 22, p. 10-17, 1994. DOI: [10.11606/issn.2316-9036.v0i22p10-17](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i22p10-17).

DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e a descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

FACCHINI, Regina. *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

FONSECA, Claudia. A mulher valente: gêneros e narrativas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 113-129, 1995. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831995000100009>

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GOELLNER, Silvana V. Jogos Olímpicos: a generificação de corpos performantes. *Revista USP*, São Paulo, n. 108, p. 29-38, 2016. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i108p29-38>

GOELLNER, Silvana V.; CABRAL, Juliana R. *As pioneiras do futebol pedem passagem: conhecer para reconhecer*. São Paulo: Ludopédio, 2022.

GUEDES, Simoni L. *Jogo de corpo: um estudo antropológico sobre trajetória social e corporalidade*. Niterói: EdUFF, 1997.

KESSLER, Claudia S. **Mais que barbies e ostras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LOCK, Margaret. Cultivating the body: anthropology and epistemologies of bodily practice and knowledge. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 22, p. 133-155, 1993.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: MUNANGA, K. (org.). *O racismo e o negro no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 33-44.

PISANI, Mariane da S. “Sou feita de chuva, sol e barro”: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11102018-110139/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

REZENDE, Claudia B.. (2019). Histórias de superação: parto, experiência e emoção. *Horizontes Antropológicos*, 25(54), 203–225. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832019000200008>

SILVA, André Luiz dos Santos; STAUDT, Jéferson Luís. “Mais um belo modelo da nova geração que a Educação Física está construindo no Brasil”: sadio,

forte, belo e branco. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, Brasil, v. 35, n. 1, p. 95–107, 2021. DOI: [10.11606/issn.1981-4690.v35i1p95-107](https://doi.org/10.11606/issn.1981-4690.v35i1p95-107).

SOUZA, Marcos Alves de. **A "Nação em Chuteiras": raça e masculinidade no futebol brasileiro**. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

YAMAMOTO, Débora Cajé. Ser atleta não é ser baladeira: treinadoras e atletas no futebol de mulheres em São Paulo. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 33, n. 1, e234343, 2025. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-3341.pontourbe.2025.234343>